Desespero aguça voracidade fiscal

Orçamento | Economia | 6 Aug, 2016

1 | 1197

o Diabo

EVA CABRAL

As recentes alterações ao cálculo do IMI têm feito correr rios de bem humor, mas quando a poeira assentar e certeza que ficou foi a de que um novo aumento de impostos está em marcha e vai atingir claramente a classe média num país onde 70% das pessoas vive em casa própria.

Face a um claro aumento de impostos, o PCP e o BE ficaram calados, confirmando assim aquilo que já se tornou uma evidência: a esquerda radical aceita que a geringonça castigue o contribuinte com mais impostos, desde que 'recuperáveis'. Esta foi já a "filosofia" adoptada aquando do aumento das taxas sobre as gasolinas, uma das primeiras medidas do Executivo de António Costa.

Como tema de Agosto, o aumento do IMI para imóveis com maior exposição solar e dependente da qualidade ambiental da habitação voltou a agitar a política portuguesa, tendo o PSD respondido uma apreciação parlamentar dessas alterações. No público, o PSD quer confrontar o PCP e o Bloco de Esquerda com o facto de serem coniventes com o Governo PS nessa medida de graves implicações fiscais.

Margarida Balseiro Lopes, deputada do PSD, frisou que "nesta alteração às regras de cálculo do IMI representa, antes de mais, um aumento de impostos". Segunda a deputada, "podemos apelidá-la do que quisermos, mas tem um único objectivo: arrecadar mais receita fiscal". Em declarações à Imprensa, o parlamentar disse que esta medida "não surpreende a avaliar pela degradação das contas públicas que já é evidente, e pelo desespero do Governo em encontrar outras fontes de receita".

Também a líder do CDS-PP não deixou passar em claro as alterações ao IMI. Segundo Assunção Cristas, trata-se de um ataque directo à classe média. "Não não estamos a falar de uma medida que atinge os ricos, estamos a falar de uma medida que atinge muitos portugueses quando temos um país em que 70% dos cidadãos são donos de sua própria casa", disse.

A sucessora de Paulo Portas acusou o Governo de fazer uma "austeridade à la esquerda" e de estar numa "voragem de mais impostos". Assunção Cristas frisa que ao taxar mais "as vítimas e a sol" muitas famílias são atingidas, e não apenas aquelas que vivem em zonas de luxo. Na verdade, sempre se disse que a sul, quando nasce é para todos, e a valorização das casas em bairros mais pobres também pode ter uma correcta exposição solar. Lembrou igualmente que o executivo já leva "500 milhões de euros em taxas sobre o gasóleo e a gasolina, e agora quer fazer uma revisão do IMI que já está aprovada taxando mais as vítimas e o sol".

Por fim, a líder do CDS recordou que o imposto sucessório também tem sido "muitas vezes ameaçado" pelo actual Governo. Ou seja, corre-se o risco de este ser reintroduzido por um executivo PS quando foi extinto no Governo de Durão Barroso.

Autónico independente nas listas do PS, Basílio Horta foi dos primeiros a manifestar-se contra as alterações ao IMI, admitindo mesmo a sua inconstitucionalidade. "Fiquei esperando e, obviamente, não posso concordar com os termos em que é produzido o diploma. A polagem e o sol são bens imateriais e, consequentemente, não são suscetíveis de materialização", disse o presidente da Câmara de Sintra, a segunda com maior população depois de Lisboa.

Basílio Horta, que é também presidente do Conselho Metropolitano de Lisboa, admitiu ter dúvidas sobre a constitucionalidade dos novos critérios. O autarca disse que "a política em Sintra é contrária ao espírito do diploma", pois o município desceu o IMI para 2016 em "dois pontos e a intenção é descer entre dois e quatro pontos" no próximo ano.

Voracidade fiscal

As razões que levam a esta voracidade fiscal por parte do Governo de Costa prendem-se com a degradação da situação macro-económica. O último relatório da Unidade Técnica de Apoio Orçamental (UTAO) foi uma machadada na retórica do Executivo, contrariando a tese de que Bruxelas não pedira medidas adicionais.

A Comissão Europeia considera que Portugal tem de tomar mais medidas para reduzir o défice orçamental este ano, de cerca de 460 milhões de euros, e "manter-se disponível para adoptar medidas adicionais" caso alguns dos riscos se materializem, escrevem os técnicos do UTAO num relatório de há dias, e que deixa forte vem contratar a garantia do Governo que não haveria qualquer pedido deste género. Segundo os técnicos da UTAO, o Governo tem até 15 de Outubro para reactivar à Comissão o que já fez.

O Ministério das Finanças garantiu que tudo o ajustamento extra seria feito "com base nos cativos já apresentados no Programa de Estabilidade e reforçados na carta enviada às instâncias comunitárias" e que, por isso, não se verifica "qualquer pedido de medidas adicionais para atenção dos resultados com que o Governo se comprometeu, tanto no Programa de Estabilidade como no Orçamento do Estado".

Assim não pensa a UTAO que defende que, de acordo com os documentos publicados no dia 27 em Bruxelas, para alcançar a nova meta de 2,5% de défice este ano "a Comissão Europeia considera que Portugal deve adoptar e implementar medidas de consolidação adicionais no montante de 0,25% do PIB em 2016".

Portugal não só deve fazer isso, disseram os técnicos da UTAO, como ainda pode ter de fazer mais e tem de se preparar já para o fazer, caso aconteça algum desvio. "[Portugal deve] manter-se disponível para adoptar medidas adicionais caso os riscos em torno das previsões orçamentais se materializem" e que, para além dos mecanismos de segurança já previstos – as cativações adicionais de que fala o Governo –, "deve complementar aspectos poupanças com medidas do lado da receita que possam aumentar os impostos indirectos, através do alargamento da base de incidência fiscal e reduzindo as despesas fiscais, sugerindo a menor utilização das taxas de IVA reduzidas". Ou seja, passar mais produtos das taxas reduzidas de IVA – 6% e 13% – para a taxa normal, de 23%.

Fitch não acredita

Entretanto, a poderosa agência de notação financeira Fitch antecipa que a economia portuguesa vai crescer apenas 1,2% neste ano e que o Governo chegará no fim do ano com um défice no Orçamento do Estado equivalente a 5,4% do PIB, de novo além do limite máximo de 3% permitido pelas regras europeias e bem acima dos 2,2% inscritos no OE e dos 2,5% recentemente aceites por Bruxelas. Para 2017, as perspectivas também são más, pois a Fitch prevê uma quase estagnação no ritmo de progressão do PIB (1,7%) e do novo endividamento público, esperando um défice de 3,5%.

Estes números foram divulgados no âmbito de um relatório em que a Fitch analisa a evolução recente da economia e da situação orçamental portuguesas antes de proceder à actualização do "rating" da República, o que está previsto para 19 de Agosto. Globalmente, todos os dados são substancialmente piores do que aquelas que a agência emergente em Março. A Fitch atribui agora a redução das suas previsões de crescimento da economia ao mau desempenho do investimento e das exportações, e sublinha o risco de uma crise política poder estar ao virar da esquina.

"Há o risco de a Comissão Europeia exigir novas medidas de redução de défice no Orçamento de 2017, o que poderá conduzir ao ponto de ruptura da coligação parlamentar", escreve a agência. "Um período renovado de incerteza política poderia prejudicar a confiança e o crescimento, o que, por sua vez, tornaria a consolidação orçamental e a redução da dívida muito mais difícil".

A rentabilidade do Parlamento, em Setembro, vai ser um momento difícil para o Governo da geringonça, que por um lado tem de sossegar Bruxelas e, por outro, vê a economia a desacelerar, o que contraria a tese defendida por Costa de que não seria necessária mais austeridade pelo crescimento do consumo.

O recente anúncio de que os salários dos funcionários públicos não serão aumentados em 2017 é um sintoma nas relações com o BE e o PCP. E que, neste caso, e contrariamente ao aumento de certos impostos, BE e PCP já não se vão poder fazer de mortos pois têm de contentar clientelas específicas. Um constrangimento ainda mais grave para o PCP, pelas relações de interdependência que tem com a CGTP, que já deixou claro que não tencionar abandonar a bandeira dos aumentos salariais.

TWITTER | FACEBOOK | GOOGLE +

< PREVIOUS ARTICLE
"TDT portuguesa é a pior da Europa

NEXT ARTICLE >
Edição de 9 de Agosto de 2016

Jornal O DIABO

SIMILAR ARTICLES

Brexit: Sair, sim, e quanto mais cedo melhor
23 Jun, 2016 | 0 | 43 | 42

Quando Costa só queria alterações fiscais uma vez por legislatura...
23 Jun, 2016 | 0 | 37 | 27

1 Comment | Jornal Diabo | Login
Recommend | Share | Sort by Best

Join the discussion...

[redacted] 2 months ago
A eminente fabricação de pais, novamente pela mão do PS, não faz antever nada de bom. A política despesista dos governos de esquerda, aliada ao dirigismo do investimento, faz com que o resultado final seja muito negativo. Moral da história: ia vamos nós mendigar ao FMI, hipotecando a vida das proximas gerações, que não tem culpa.
Like · Reply · Share ›

ALSO ON JORNAL DIABO
Políticos amarraram Portugal a Bruxelas
[redacted] 2 years ago
O povo Tuga é muito piegas e não merece ser consultado !!! https://www.youtube.com/watch?...
Marcelo quer economia a crescer
[redacted] 2 years ago
Parece mesmo que não se cansa de dizer disparates.
Serviço Militar Obrigatório, sim ou não?
[redacted] 2 years ago
A verdade é que os [redacted] querem incorporar a força e doutrinar a cria esta aos homens Europeus ...
Não há voluntários para a tropa
[redacted] 2 years ago
Felizmente o seu pazinho deveria educação com disciplina e pretende fazer o mesmo com os seus filhos. Isaac a ...

Subscribe | Add Disqus to your site | Privacy
DISQUS

SIGA-NOS

INSCREVA-SE NA NEWSLETTER

Fields marked with an * are required

Nome *

e-mail *

Enviar

o Diabo

O DIABO é um jornal político independente dedicado a informar o público, promovendo a liberdade de expressão, a liberdade de imprensa e o debate livre desde 1976.

Contact us: geral@jornalodiabo.com

Muito obrigado

A equipa d'O DIABO

Edição de 27 de Setembro de 2016
27 Sep, 2016

Brexit: Sair, sim, e quanto mais cedo melhor
23 Jun, 2016

Quando Costa só queria alterações fiscais uma vez por legislatura...
23 Jun, 2016

O nó cego da política portuguesa
28 Dez, 2015

A caminho do socialismo puro e duro
28 Dez, 2015

Isto é um assalto – Fala de Carlos Montigue no Parlamento
10,099 views
Finlândia: Volta-se a feitiço contra o feitiço
10,099 views
Angola, ontem e hoje
9,233 views
Quando a economia portuguesa cresceu 10% ao ano
7,595 views
Finlândia em crise admite deixar Euro
16,118 views
A tragédia espanhola da desolorização
14,009 views
Não há voluntários para a tropa
11,243 views
Vale tudo? Vale, pelo!
11,114 views